



CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

SMALL CHAINS OF FOOD COMMERCIALIZATION, FAMILY FARMING AND THE COUNTRYSIDE-CITY RELATIONSHIP

Joseane Carla Schabarum¹

<https://orcid.org/0000-0001-7116-2814>

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

<https://orcid.org/0000-0001-6874-7379>

Clério Plein³

<https://orcid.org/0000-0001-6874-7379>

Wilson João Zonin⁴

<https://orcid.org/0000-0001-6874-7379>

Antonio Nivaldo Hespanhol⁵

<https://orcid.org/0000-0001-6874-7379>

Resumo: O presente estudo tem por objetivo discutir a relação de canais curtos de comercialização, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a relação campo/cidade. Trata-se de estudo desenvolvido por meio de abordagem qualitativa de revisão bibliográfica narrativa, a partir de materiais nacionais e internacionais que versem sobre o tema rural-urbano. A primeira sessão apresenta as cadeias curtas de comercialização, conceitos, formação, importância e mudanças até chegar a atual configuração e estrutura. A segunda sessão aborda os conceitos históricos acerca das relações urbano-rural e as novas ruralidades. Por fim, na terceira sessão descreve-se a importância das cadeias curtas, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar. Conclui-se com esse estudo que a comercialização da agricultura familiar através de cadeias

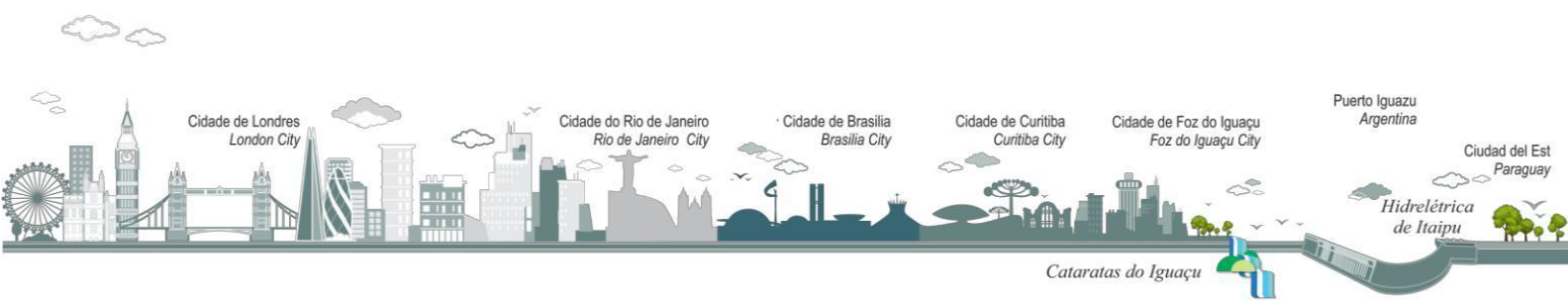
¹ Graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2014). Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2017). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

² Licenciada em Geografia pela UNESP de Pres. Prudente (1985); mestrado (1991) e doutorado em Geografia (2000) pela UNESP de Rio Claro. Realizou estágio de pós-doutorado sobre desenvolvimento rural sustentável na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a supervisão do Professor Ignacy Sachs (2004/2005).

³ Possui Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2000), mestrado (2003) e doutorado (2012) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1993). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1997) e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Paraná (2007).

⁵ Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, entre setembro de 2004 e 2005.





curtas de comercialização é positiva ao promover a geração de renda, contribuindo para subsistência dos agricultores, reconectando produtores e consumidores, fornecendo a estes alimentos mais saudáveis e seguros, respeitando a vocação agrícola, o meio ambiente, as referências nutricionais e os hábitos alimentares locais promovendo a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chaves: alimentação escolar; mercados; desenvolvimento rural.

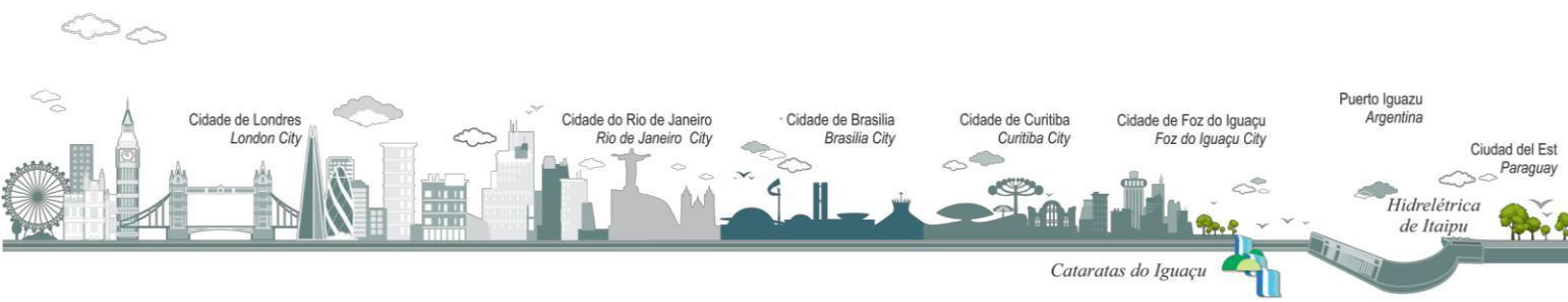
Abstract: This study aims to discuss the relationship of short-term commercialization channels, such as the National School Feeding Program (PNAE) and the relationship countryside-city. This is a study developed through a qualitative approach of narrative literature review, from national and international materials that deal with the rural-urban theme. The first session presents the short marketing chains, concepts, training, importance and changes until reaching the current configuration and structure. The second session discusses the historical concepts of urban-rural relations and new ruralities. Finally, the third session describes the importance of short commercialization, such as the National School Feeding Program for family farming. It is concluded with this study that the commercialization of family farming through short supply chains is positive to promote income generation, contributing to the subsistence of farmers, reconnecting producers and consumers, providing these foods with healthier and safer foods, respecting the agricultural vocation, the environment, nutritional references and local food habits, promoting food and nutritional security and sustainable rural development.

Key-words: school feeding; markets; rural development.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a definição dos espaços urbano e rural e a relação campo-cidade é recorrente e considera fatores além de recortes espaciais específicos e paisagísticos, aspectos estruturais, culturais, sociais e imateriais. Apesar de espaços dialeticamente diferentes, urbano e rural só podem ser compreendidos enquanto elementos complementares, o que autores como Sorokin, Zimmerman e Solari (1930) apud Martins (1981) denominam de *continuum* urbano-rural baseado em relações de reciprocidade entre a sociedade urbana e seu entorno rural, e ainda conceitos de novas ruralidades.

Essas tendências contradizem os autores que indicavam que, com a industrialização e a modernização, o tradicional rural e seu camponês desapareceriam ou seriam convertidos ao capitalismo em outra coisa (MARX, 1979; LÊNIN, 1985; KAUTSKY, 1986), pois o que surgiram foram novas ruralidades. Essas novas ruralidades passam a compreender o meio rural e o campo não apenas como um setor econômico produtivo, mas a partir da perspectiva da realização de outras atividades como a pluriatividade, o aumento das relações de trabalho





assalariadas e a busca de muitas alternativas diversificadas que agreguem renda e contribuam para a melhor qualidade de vida dos agricultores e a sua permanência no meio rural.

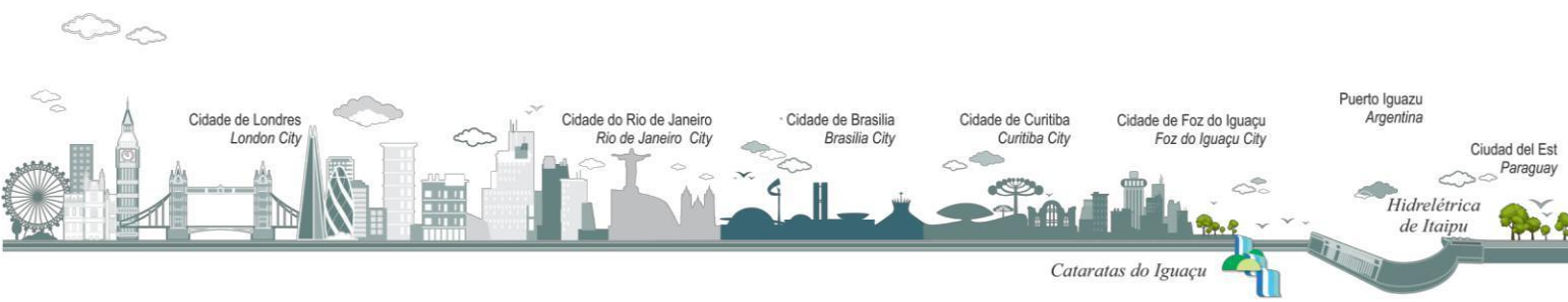
É fato também que o alimento é um dos elementos que sempre esteve no centro das questões urbano-rural. Hoje seu modo de produção é centro de discussão em questões de saúde, de agricultura, sustentabilidade e economia, envolvendo um amplo conjunto de ações e políticas que englobam todo o sistema alimentar, contemplando toda a cadeia alimentar, desde a produção até o seu consumo final. Os impactos dos padrões de consumo alimentar são responsáveis pelo estado nutricional da população e contribuem ou não para a segurança alimentar e nutricional.

Dentre as políticas públicas alimentares que englobam diretamente o urbano/rural e que contribuem para a segurança alimentar e nutricional, podemos citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é uma política inovadora que envolve e interage com diferentes setores como educação, agricultura, extensão rural, saúde, comunidade escolar, ou seja que une objetivos alimentares, educacionais e agrícolas em uma mesma política, envolvidos por um tema antigo, mas recentemente muito mais abrangente que são as cadeias curtas de comercialização. Esse tipo de comercialização tem impactos menores na cadeia de produção, menos emissão de poluentes com a queima de combustíveis para transporte, menor uso de insumos agrícolas e outros conservantes, maior relação entre produtor/vendedor e consumidor, escolha de alimentos sazonais, dentre outros benefícios.

Para o sucesso do PNAE, é necessária a articulação de diferentes setores e atores para que seja possível realizar a produção e as compras adequadamente, viabilizando que os agricultores consigam acessar ao programa de maneira segura, fornecendo aquilo que lhe é solicitado dentro das condições físico e higiênico-sanitárias adequadas, em quantidade e qualidade suficientes, isso tudo com garantia de preço justo e concorrências leais aos envolvidos.

Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir a relação de canais curtos de comercialização, a exemplo do PNAE e a relação campo/cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS





O estudo foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa de pesquisa bibliográfica narrativa, a qual objetiva levantar informações registradas a respeito de um fenômeno para compreender sua evolução no tempo, ou seja, descrever o estado da arte de um determinado assunto (RICHARDSON *et al.*, 2012). Pode-se afirmar ainda que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI E LAKATOS, p.166, 2010).

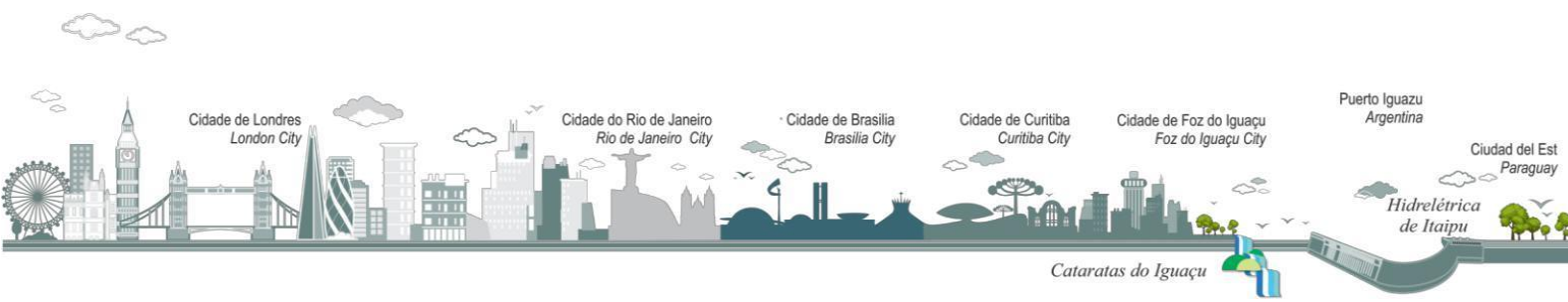
Esta revisão sintetiza e resume, em termos narrativos o tema abordado. Buscou-se incluir artigos publicados nacional e internacionalmente. Não se utilizou limite temporal nem de idioma. Os dados foram coletados no período de março a julho de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cadeias curtas de comercialização

Sejam por questões ideológicas ou por questões de saúde, a origem dos alimentos está sendo cada vez mais valorizada e, com isso, o tipo de mercado que os fornecem. Nesse sentido, estão cada vez mais em evidência as cadeias curtas de comercialização que evidenciam cada vez mais as relações de proximidade entre a agricultura familiar e os consumidores. Deste modo, os alimentos estão no centro destas discussões, sua produção, processamento, distribuição e consumo, que se tornam elementos chaves na determinação de modelos de desenvolvimento socioeconômico, regulado tanto pelo Estado quanto pelo próprio mercado (MORGAN, 2006).

A agricultura familiar (AF) é responsável pela produção de uma gama variada de alimentos, contribuindo para o dinamismo social e econômico de muitos estados e municípios do Brasil, apresentando-se como papel importante em relação à segurança alimentar, além de ser um modo de produção considerado mais justo e sustentável por operar diferente do modelo agrícola convencional que concentra terras, faz uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, pautado na monocultura produtiva (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).



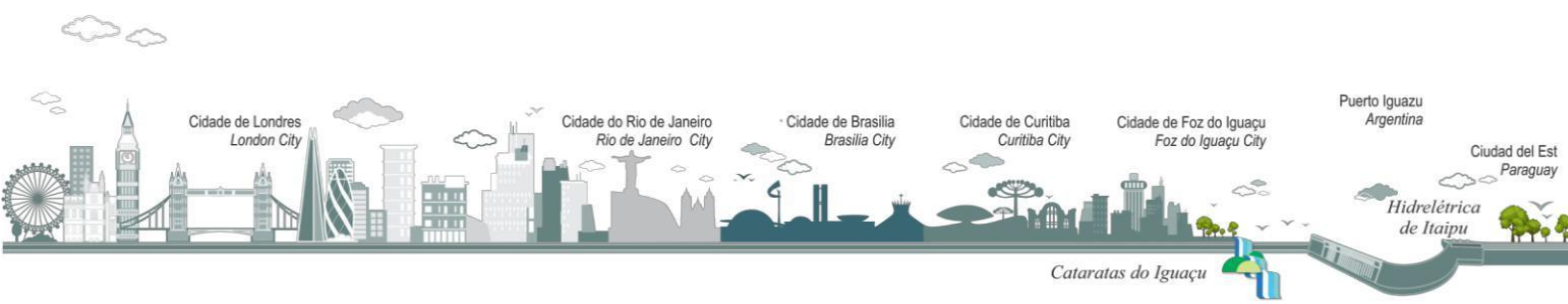


Reforçam-se, nesse contexto, as interações dos agricultores familiares com as dinâmicas econômicas mais locais, desenvolvendo as cadeias agroalimentares curtas pautadas na proximidade e interatividade entre produtores e consumidores. Goodman (2003) se refere a esse movimento como "virada de qualidade"; os consumidores passam a ser críticos com os impactos ambientais, riscos alimentares, graus de processamento e distribuição dos alimentos. Além disso, minimizam-se os impactos sociais, pois ao incluir nas cadeias de comercialização os produtos da AF e garantir renda, freia-se a tendência de os agricultores mais marginalizados desistirem da agricultura para migrarem para o meio urbano, tendo que, depender muitas vezes, de programas sociais para sobreviver.

Gazolla e Schneider (2017) afirmam que as cadeias curtas surgem em alternativa ao sistema agroalimentar dominante, encurtando distâncias entre a produção e o consumo, seja ela física, social, cultural ou econômica. Renting, Marsden e Banks (2003) propõem três tipos de cadeias curtas de produção (Quadro 1): face a face; de proximidade espacial; e espacialmente estendida. Na primeira, face a face, os consumidores adquirem seus produtos diretamente do produtor. Esse tipo de cadeia é estabelecido por meio de relações de confiança e interação interpessoal e se enquadram nessa tipologia, feiras e venda direta, por exemplo. Já na cadeia de proximidade espacial, os produtos são produzidos e comercializados na região e as vendas já demandam de relações mais formais. Podemos citar aqui vendas institucionais para a alimentação escolar, além dos demais citados no Quadro 1. Por fim, na cadeia espacialmente estendida, as vendas são ampliadas para outras regiões que aquelas onde foram produzidas e envolvem casos de *fair trade*.

Quadro 1 - Tipos de cadeias agroalimentares curtas

Face a face	Proximidade espacial	Espacialmente estendida
1 - Lojas de produtos vindos da agricultura 2 - Comercializado pelo agricultor na propriedade 3 - Colheita pelo próprio consumidor 4 - Venda à beira da estrada	1 - Grupos de lojas de produtos vindos da agricultura 2 - Marca regional 3 - Cooperativas consumidoras 4 - Comunidade de apoio à agricultura 5 - Rotas Temáticas – turismo rural (articulação com o espaço)	1 - Rótulo de certificação 2 - Código de produção 3 - Efeito de reputação





5 - Entrega em domicílio 6 - Entrega pelo correio 7 - Venda pela internet	6 - Eventos especiais e feiras (articulação no tempo) 7 - Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo 8 - Varejistas especializados (ex. comidas especiais, lojas dietéticas) 9 - Abastecimento de instituições (cantinas e escolas)	
---	--	--

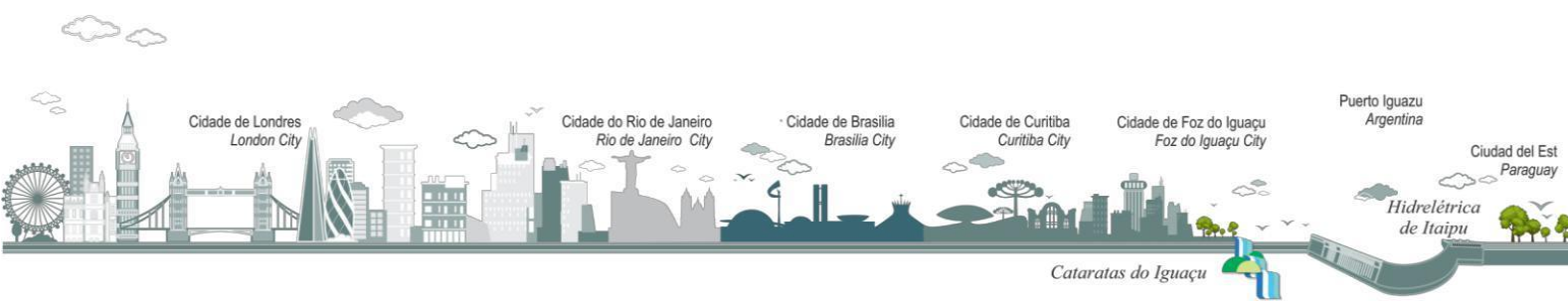
Fonte: Renting *et al.* (2003). Traduzido.

As cadeias curtas agroalimentares agem como uma solução para dois grandes problemas da agricultura familiar, um relacionado aos custos produtivos e a interdependência do modelo convencional – uso intensivos de insumos, agrotóxicos, fertilizantes, sementes transgênicas etc. – e o outro à demanda da sociedade quanto aos aspectos ligados à segurança alimentar e a sustentabilidade (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012).

Nas cadeias curtas de produção, o maior controle sobre a ação social e econômica de construir mercados depende do relacionamento construído com consumidores e da criação e desenvolvimento dos recursos da propriedade. O relacionamento de mercado com os consumidores tende a ser acompanhado por elementos relacionais presentes na confiança interpessoal ou mesmo na confiança baseada em instituições, tais como organizações coletivas ou redes de produtores, que logram construir uma reputação simbólica para os produtos comercializados. Trata-se de uma reputação que os associa a signos de alimento saudável e socialmente justo (BALESTRO, 2017, p.149)

Nessa perspectiva podemos citar os programas públicos alimentares, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como potenciais reintegradores desses componentes, em face das condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo, à produção e à comercialização de alimentos. Isto se daria, por um lado, mediante a integração de políticas relacionadas à saúde da população de escolares e, por outro, mediante a criação de mercados de cadeias curtas para os agricultores familiares, inclusive com potencial para fomentar práticas de gestão ambiental e valorizar cada vez mais a produção local e regional sustentável.

Esta percepção do Estado se fortaleceu por meio de iniciativas como a publicação da Lei nº 11.947/2009, que instituiu o PNAE e se tornou um marco nas políticas públicas relativas





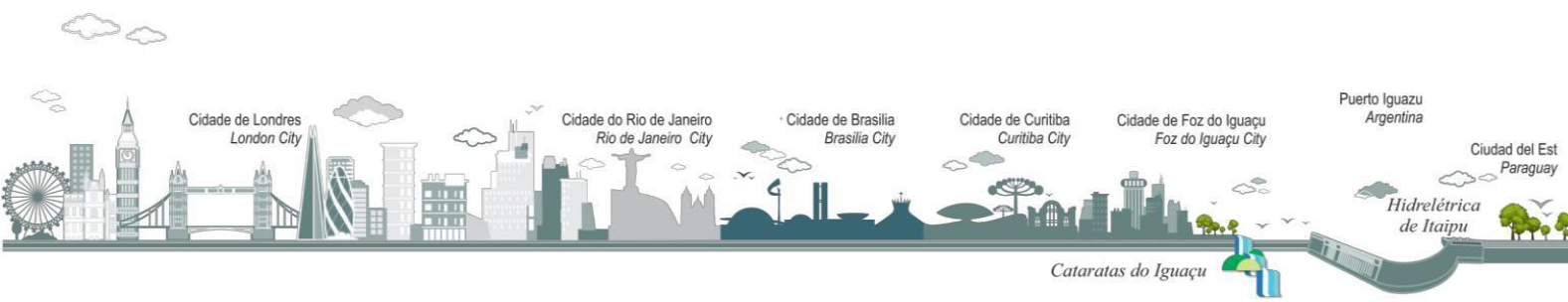
à segurança alimentar e nutricional (SAN). É como afirma Defra (2003) citado por Morgan (2012, p. 32. tradução nossa) “se somos o que comemos então compradores de alimentos do setor público ajudam a moldar a vida de milhões de pessoas”. Dessa forma, a compra de gêneros alimentícios por parte do Estado pode ser considerada uma importante estratégia de inclusão da AF nos mercados, com a inserção dos agricultores em canais mais curtos de comercialização, como é o caso do mercado institucional criado pelo PNAE.

A Lei Federal 11.947 de 16 de junho de 2009 regulamenta o PNAE e em seu Artigo 14 determina que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para gastos na alimentação escolar, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações (BRASIL, 2009).

Ademais, o Artigo 3º da Lei 11.947/2009 confirma a intenção do PNAE de contribuir para o desenvolvimento local do município executor, na medida em que sugere que respeite a vocação agrícola local, priorizando a compra de alimentos produzidos pela AF em âmbito municipal. Na impossibilidade de as compras serem realizadas no próprio município, elas devem ser feitas de acordo com a seguinte ordem decrescente de prioridade: na região, no território rural, no estado a qual pertence o município e, finalmente, em outros estados (BRASIL, 2009).

A regulamentação da lei do PNAE instituiu que se possa usar a dispensa licitatória, a partir de Chamada Pública como instrumento para aquisição dos produtos da AF, em vez dos instrumentos tradicionais de licitação pública. Embora isso possa indicar que as prefeituras municipais encontrem maiores facilidades burocráticas na execução de suas compras, não se deve desprezar as necessidades de adequações da gestão municipal para o cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.947.

São embutidas no preço outras questões não discutidas normalmente no que diz respeito a outros ganhos e externalidades e que rebatem a política de minimizar os gastos públicos com aquisições de alimentos que tenham “menores preços” (TRICHES e BACCARIN, 2016). Entram aqui os benefícios resultantes do encurtamento da cadeia de abastecimento que influenciam na diminuição dos custos ambientais pela produção de um alimento mais sustentável (com menores contaminantes químicos, agressores do solo,





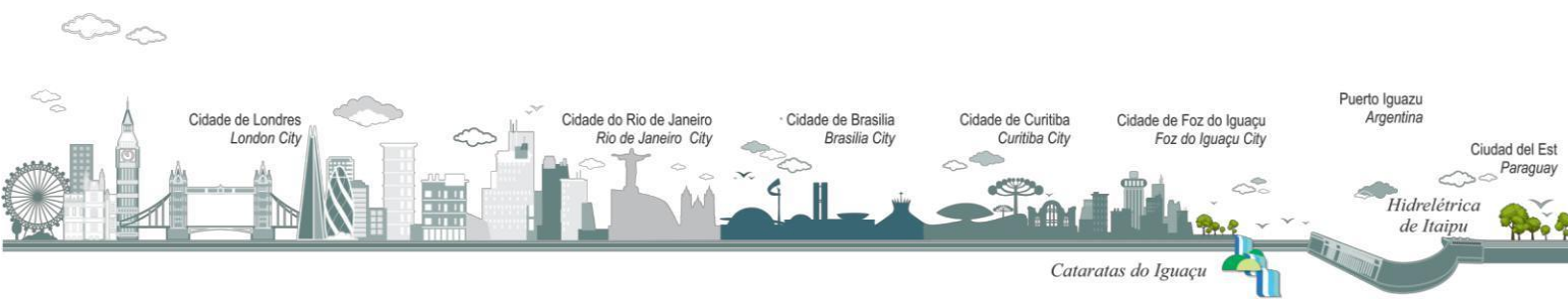
manutenção da biodiversidade, entre outros), pela valorização do policultivo em oposição à monocultura do agronegócio, pela menor emissão de gás carbônico pelo menor período de transporte dos alimentos. Isso se daria reforçando o diálogo entre todos os atores envolvidos para que se organize a demanda e oferta, propiciando cada vez mais a permanência dos agricultores no campo e o consequente desenvolvimento rural, encurtando cadeias de comercialização e reconectando o produtor ao consumidor, fortalecendo uma categoria desconsiderada econômica e socialmente.

Consideram-se ainda os aspectos das cadeias curtas de comercialização relacionados à saúde, já que com o consumo de alimentos mais saudáveis, possíveis doenças relacionadas a má alimentação são prevenidas, evitando assim futuros gastos públicos com tratamentos e medicações. Essa é inclusive uma das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), maior instrumento de educação alimentar e nutricional atual.

O Guia orienta como regra de ouro a preferência por alimentos *in natura* ou minimamente processados, de preferência adquiridos em mercados locais, feiras, oriundos da agricultura local e agroecológica. Isso baseado em razões sociais e ambientais justificadas por esse tipo de agricultura promover a biodiversidade, reduzindo impactos ambientais da produção e distribuição de alimentos. Outra recomendação é a busca maior pelo consumo de alimentos de origem vegetal, também por aspectos nutricionais de fornecimento de fibras, vitaminas, minerais e antioxidantes, e por colaborar para o “sistema alimentar socialmente mais justo e menos estressante para o ambiente físico, para os animais e para a biodiversidade em geral” (BRASIL, 2014, p.30)

Neste sentido, para além dos aspectos de oferta, espera-se que a participação da agricultura familiar enquanto fornecedora de alimentos para o PNAE, estimule a formação de novos consumidores, que conheçam e consumam maior diversidade de alimentos de origem vegetal como frutas e hortaliças, cereais, e valorizem o gosto por alimentos de sua região, conheçam e acompanhem mais de perto os ciclos agrícolas e participem ativamente desse desenvolvimento rural sustentável.

Assim o PNAE tem se mostrado cada vez mais um programa completo quando se pensa em segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável, permitindo para além do





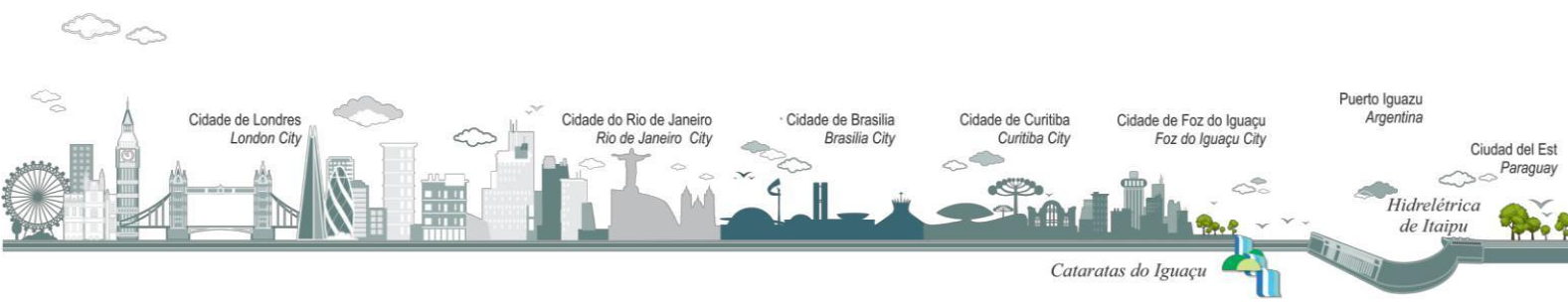
acesso físico à alimentação, o estímulo a um modelo de produção que respeite a vocação agrícola, o meio ambiente, as referências nutricionais e os hábitos alimentares locais.

É importante destacar que a política do PNAE se modifica de uma realidade agrícola de incentivo de políticas de compras equipamentos, insumos, pautados na produtividade de *comodities* e, no caso da alimentação escolar, com fornecimento de produtos industrializados e padronizados no país todo para, ao longo do tempo, juntar-se as duas demandas e transformar essas duas realidades. Segundo Wanderley (2001, p. 113), esse aspecto genuinamente produtivo das políticas para a agricultura “que associa o desenvolvimento local às potencialidades do setor agrícola, lá onde ele se revelava, efetivamente, como um setor dinâmico, gerou um grave problema de exclusão, tanto de áreas como dos grupos sociais marginalizados deste processo”.

Com o PNAE, o Estado passa adquirir os alimentos em cadeias curtas e passa a pagar o agricultor para fornecer essa alimentação mais saudável e sustentável às escolas, melhorando a qualidade da alimentação, respeitando a diversidade e os hábitos alimentares locais e regionais, e em contrapartida gerando um mercado seguro e renda a esses produtores, contribuindo para redução da pobreza rural e a permanência destes no campo, encurtando ou (re)conectando a cadeia alimentar, corroborando com a ideia de *continuum* urbano-rural e as novas ruralidades. Por isso, a segunda sessão desse artigo aborda conceitos históricos que marcaram o rural e culminaram na importância dessas cadeias curtas de comercialização para a agricultura familiar.

As relações urbano-rural e as novas ruralidades

Urbano e rural possuem inúmeras diferenças e conexões que os caracterizam ao longo da história. Dentre as diferenças podemos citar as espaciais, no caso urbano mais industrializado e moderno e o rural mais próximo da natureza, numa evolução muitas vezes apontada como da agricultura à indústria, do tradicional ao moderno, do atrasado ao próspero, uma realidade que viria se homogeneizar numa única espacialidade “urbanizada” (RUA, 2017).





No intenso processo de industrialização e modernização, a cidade passa a representar a única forma de bem-estar para os habitantes, tornando assim lógica a intensa migração do meio rural para o urbano. O rural passou a representar o atrasado, o isolamento, a dispersão da população rural, baixas condições de bem-estar, falta de serviços, infraestrutura básica, condições culturais retrógradas como analfabetismo, falta de acesso à saúde. Essa dinâmica torna-os excludentes (SERGIO GOMES 2001).

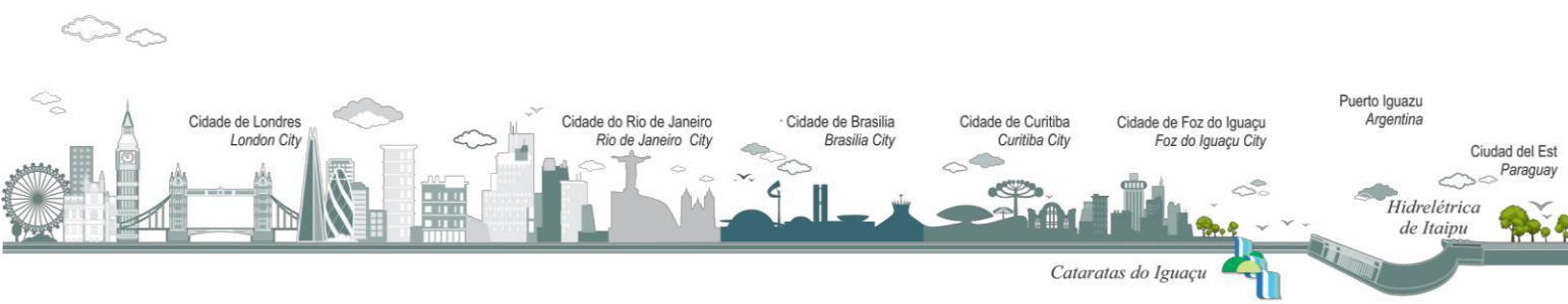
Nessa perspectiva, Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930) elencaram nove diferenças do mundo rural e urbano: ocupacionais; ambientais; tamanho das comunidades; densidade populacional; homogeneidade/ heterogeneidade da população; diferenciação, estratificação e complexidade social; mobilidade social; direção no sentido da migração; e sistemas de integração social.

Torna-se difícil, se não impossível compreender as relações urbano-rural e cidade-campo sem integrá-las ao movimento de constituição do exercício do poder e da hegemonia (econômicos, políticos, culturais e simbólicos) numa construção de novas representações do espaço, integradas às revoluções que têm marcado a modernidade: revolução técnico-científica, revoluções burguesas e revolução industrial em que aquelas espacialidades viram seus papéis serem alterados em função da inserção, nos movimentos referidos, dos atores nelas atuantes (RUA, 2017, p.46).

Apesar da maioria dos autores considerar que o urbano seria predominante e o rural excluído, o que a história mostra é que “as diferentes abordagens coincidem na medida em que ocorre uma fase de transição de uma sociedade industrial para uma pós-industrial, onde os espaços rurais podem ser “privilegiados”, em que é possível observar uma urbanização difusa e onde se identifica uma intensa interação com os espaços rurais das cidades circundantes”. (SÁNCHEZ, 2011, p.97).

No Brasil, a hegemonia rural se dá pela grande propriedade agropecuária, dominante e autoritária, voltada para a exportação, tecnicamente avançada e privilegiada política e economicamente. Ao passo que a "agricultura de subsistência" e os pequenos agricultores seriam considerados como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social (RUA, 2017).

Tipicamente quando se abordava a ruralidade, focava-se na agricultura ou setor agropecuário considerando a sua importância como fornecedora de matérias-primas para o





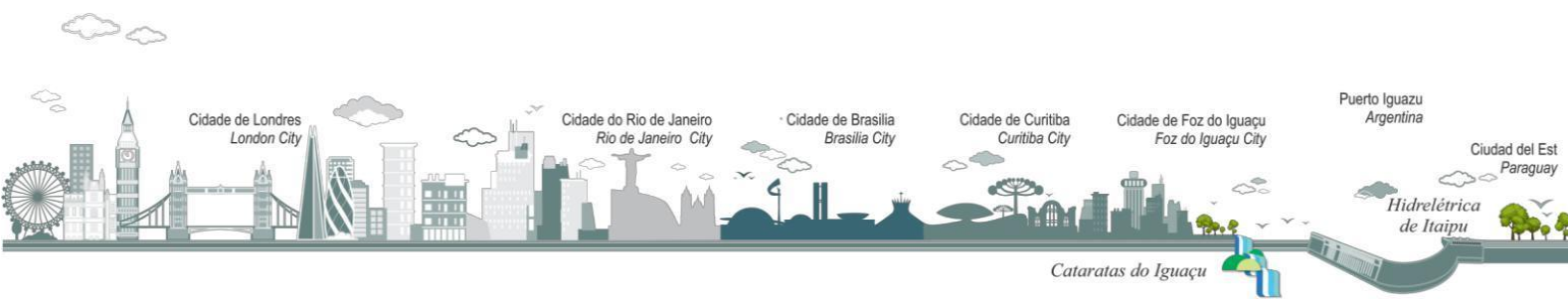
meio urbano e, ao tratar de novas ruralidades, passa-se a entender o meio rural e o campo não apenas como um setor econômico, mas a partir da perspectiva da realização de outras inúmeras atividades e funções que não apenas as produtivas, do ponto de vista ambiental, social e cultural.

Com as novas mudanças no modelo produtivo e organizacional rural, para além do meramente produtivo agrícola rural e urbano passam a estabelecer novas relações, articulando-se cada vez mais, mas preservando suas próprias especificidades. Surge então um “novo rural” que passa a ser compreendido como um espaço “híbrido”, que permite várias possibilidades e experiências inovadoras (de resistências ou tendências urbanizadas) sem, no entanto, integrar a agricultura moderna (RUA, 2017). Como afirma Jean (1994, p. 53) “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” além da natureza e os produtos “naturais” passarem a ser mais valorizados.

Favareto (2007, p 158) corrobora com essa análise da integração do rural “à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, por meio tanto da unificação de diferentes mercados (de trabalho, de bens e serviços, mas também de bens simbólicos) como por meio da criação de instituições formais que regulam as formas de uso social desses espaços”.

Surgem assim conceitos novos para esse como o de *continuum* urbano-rural baseado nas relações de reciprocidade entre a sociedade urbana e seu entorno rural, ou seja “permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o meio urbano” (WANDERELY, 2000, p.107). Rural e urbano se misturam, trazendo novos significados sociais, econômicos, produtivos e culturais, construindo uma fonte de identidade legitimada tanto para o urbano como o rural, mantendo a sua heterogeneidade, mas considerando principalmente um rural mais urbanizado, configurando-se numa nova ruralidade. José Eli da Veiga (2002) corrobora com a ideia da emergência de uma nova ruralidade, assim como Wanderley (2000) e Abramovay (2003).

Com isso as características que antes os distinguiam, hoje podem ser vistos como interligados, onde o rural não é mais um espaço isolado do meio urbano, ele passa a se inserir, de modo diferenciado no meio urbano, incorporando suas influências e influenciando em alguns aspectos também. No entanto, esse olhar “externo” e unifocal do urbano sobre o rural





não pode excluir e considerar a dinâmica que se origina internamente, resultado da capacidade de iniciativa, adaptação e resistência da própria população do campo (WANDERLEY, 2003).

Essa nova ruralidade se expressa em três vetores:

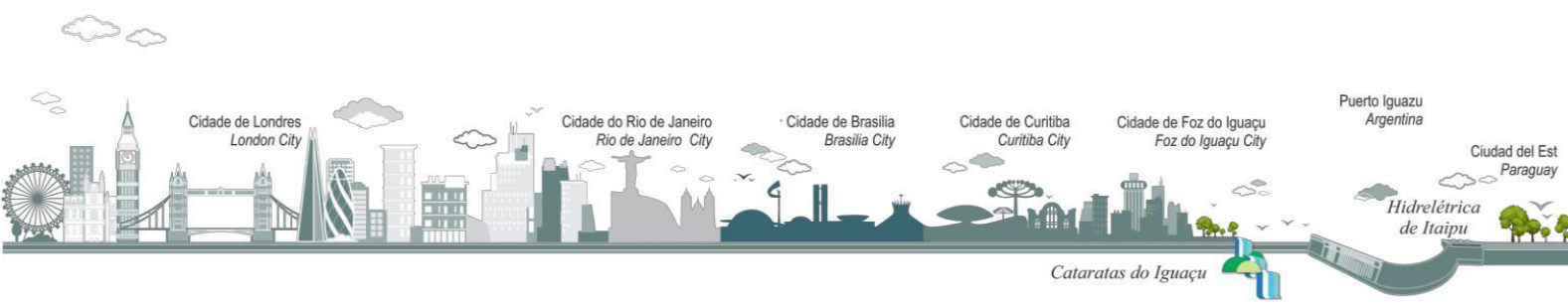
os desdobramentos paisagísticos dos esforços de conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico das decorrentes amenidades naturais através de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo e a crescente necessidade de utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nesses espaços rurais (FAVARETO, 2007, p. 183).

Wanderley (2009) afirma que, no caso brasileiro, deve-se considerar três aspectos para entender a transformação mais global: “a urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco “urbanos”; os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo de interiorização; a propriedade da terra permanece altamente concentrada” (p. 63).

Nos países industrializados e mais urbanizados outro termo constantemente citado na literatura é a periurbanização (RUA, 2017), que ocorreu devido à descentralização dos setores industriais e comerciais para a periferia das cidades e mesmo na área rural imediata da cidade. Em países emergentes ou pobres, as cidades cresceram a uma taxa acelerada e foram gerados processos e fenômenos urbanos diferentes em forma e essência daqueles que ocorreram nos países desenvolvidos (RUA, 2017).

A agricultura familiar nas relações urbano-rural

A AF é uma categoria social diversa e heterogênea, de enorme diversidade produtiva e econômica, que não se limita apenas à interação com a sociedade e os mercados, mas também se caracteriza como um modo de vida. O reconhecimento dessa categoria se deve às lutas políticas e sociais, e ao fato de demonstrar suas potencialidades perante a crise do modelo de desenvolvimento capitalista e do agronegócio. É interessante destacar que o campesinato ou agricultura familiar sempre foram apontados como categorias que





sucumbiriam ao capitalismo, porém, depois de décadas, além de não desaparecerem, foram capazes de se fortalecer e afirmarem cada vez mais sua importância.

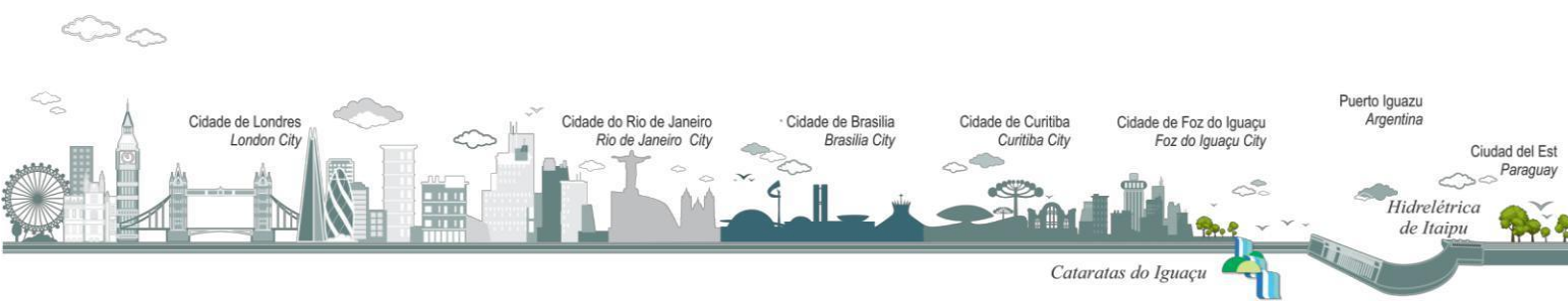
Destaca-se que a partir da década de 1990, a AF se afirmou como categoria política e social, passando assim com sua legitimidade a se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo. A luta por crédito, preços justos, canais de comercialização e também o interesse da academia por esse público, fortaleceram ainda mais a categoria de AF (SCHNEIDER, 2010).

Até a década de 1990 não havia a denominação de AF, e as discussões eram referentes ao campesinato, e estes, por muito tempo foram “dominados pela tese do dualismo, que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais” (PLOEG, 2008, p.2). Ainda segundo Ploeg (2008), os produtores podem ser classificados em **capitalistas** (produção em grande escala, altos investimentos, contratação de trabalho), os **empresários** (orientada pelo mercado, especializada, ainda conta com atividade familiar) e os **camponeses** (unidades de produção pequenas e vulneráveis, diversificação da produção). Tal discussão também se aplica à agricultura capitalista e à agricultura familiar.

Classificação semelhante é dada por Graziano da Silva (1999) quando afirma que existem três estereótipos de camponeses: **produtor de subsistência; propriedade familiar eficiente; produtor com pluriatividade ou part-time** – ocupação agrícola e não agrícola, diversificação da fonte de renda, via mercado de trabalho e não mais via produto externalizando suas atividades operacionais. Destaca ainda que assumindo a diferença entre os produtores, as políticas públicas assumem importância em proteger os mais fracos para que não sejam “engolidos” pelos mais fortes.

Mas os agricultores familiares não são mais camponeses na medida em que sua reprodução social e econômica deixa de estar confinada à pequena comunidade rural ou povoado isolado, pois recebem influências externas (sejam elas tecnológicas, culturais, informacionais, mercantis, etc.) que se tornam cada vez mais decisivas à sua reprodução à medida que se amplia sua inserção social (MENDRAS, 1984 citado por SCHNEIDER, 2014, p. 230).

Essa interpretação é a mesma de ABRAMOVAY (1992) para questões ligadas à agricultura familiar.





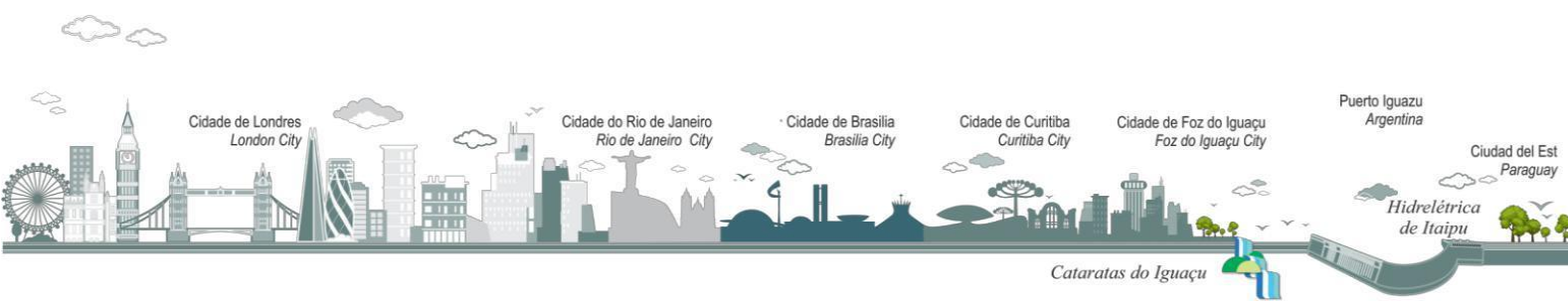
Destarte, a forma de ser da agricultura foi se modificando, é cada vez mais frequente que membros da família se dediquem a atividades não agrícolas, dentro ou fora das propriedades, o que Schneider (2003) aborda como pluriatividade. Ela se tornou uma opção de lutar contra esse mundo capitalista sem precisar migrar para as cidades devido às más condições de vida na agricultura. Isso tudo porque o capitalismo, pautado em integrações e grandes indústrias, exigiu que os agricultores encontrassem alternativas de resistência a esse modelo que exclui essa categoria de agricultura,

[...] o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois ele passou a incorporar outras leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições entre outras (SCHNEIDER, 2003, p. 22).

Agricultura familiar já tinha forma e fama reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos e, nesse grupo, a característica do trabalho é considerada essencialmente familiar. No Brasil, a AF ganhou projeção a partir dos anos 1980, sobretudo na primeira metade da década de 1990, quando a expressão passou a ser mais utilizada por movimentos políticos e sociais e por trabalhos acadêmicos, que passaram a buscar novos referenciais e introduziram a expressão (SCHNEIDER, 2003). O terceiro ponto para emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar, além dos já citados movimentos sociais e a academia, é o papel do Estado e das políticas públicas, além dos dados do Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE (IBGE, 1995) que começam a mensurar a existência dessa categoria social.

Pragmaticamente, a AF passa a ter reconhecimento legal pela Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) que estabelece os seguintes critérios de classificação no seu artigo 3º:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.





Pode-se dizer que a AF é uma expressão dessas novas ruralidades, como afirma Wanderley (2009). A classe de AF é hoje a parcela mais expressiva dos habitantes do campo, e as relações com a cidade são um elemento constituinte de suas estratégias de reprodução social. Outra característica desse público é a pluriatividade, estratégia dos agricultores em ampliar as suas iniciativas produtivas, multiplicando atividades não-agrícolas no meio rural, visando agregação de valor ao produto e utilizar de forma mais intensiva a mão-de-obra familiar.

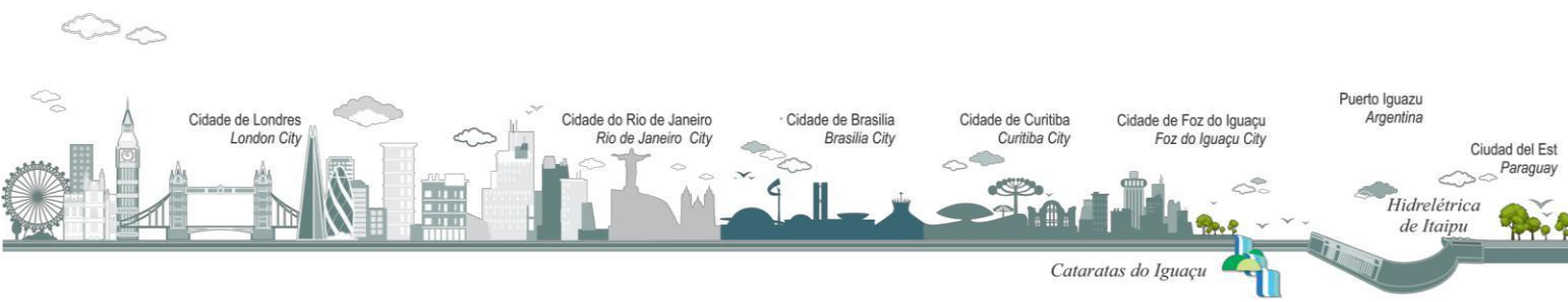
Conforme afirma Schneider (2003, p. 116):

[...] crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda de importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços, provavelmente, relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social.

Além de sua relação com a AF, uma produção mais ecológica, e promotora do desenvolvimento rural sustentável, ainda estaria em consonância com as propostas de SAN e de direito humano à alimentação adequada, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012) por quatro motivos principais: 1) contribuir com o aumento da produtividade e da disponibilidade de alimentos; 2) reduzir a pobreza rural; 3) melhorar a nutrição; 4) contribuir para a adequação às mudanças climáticas e para a sustentabilidade ambiental. Contribuições estas que possibilitam entender que a agroecologia parte de uma compreensão maior dos sistemas que ultrapassam a visão simplista da mudança nos quesitos produtivos e atinge questões socioambientais.

Blay-Palmer *et al.* (2018) apontam a abordagem das cadeias curtas de comercialização, denominado por eles de Sistemas Alimentares da Cidade-Região Sustentável e Resiliente, são positivos com as demandas atuais de sustentabilidade, estando em consonância com a agenda 2030, por exemplo, ao abranger todos os setores como descritos a seguir:

Amplia o acesso a alimentos. Tanto residentes rurais quanto urbanos, em uma determinada região, têm acesso suficiente a alimentos nutritivos, seguros e a preços acessíveis. Apóia uma cultura alimentar local e o senso de identidade;





Gera emprego e renda dignos. Proporciona uma economia alimentar regional vibrante e sustentável, com empregos justos e dignos e oportunidades de renda para pequenos produtores e empresas envolvidas na produção, processamento, comercialização por atacado e varejo e outros setores relacionados (como fornecimento de insumos, treinamento e serviços) em áreas rurais, periurbanas e urbanas em uma determinada região;

Aumenta a resiliência da região diante de choques e diminui a dependência em relação a fontes de abastecimento distantes;

Fomenta vínculos urbano-rurais. Conecta fluxos de alimentos, nutrientes e recursos em áreas urbanas e rurais (ou seja, o uso de resíduos orgânicos urbanos e água residual como recursos no sistema agroalimentar urbano) e previne/reduz desperdício alimentar em uma região determinada. Controla relações urbano-rurais mais integradas, fortalece relações sociais entre produtores e consumidores e promove a inclusão de pequenos agricultores (e agricultores urbanos) e de grupos vulneráveis em toda a cadeia de abastecimento;

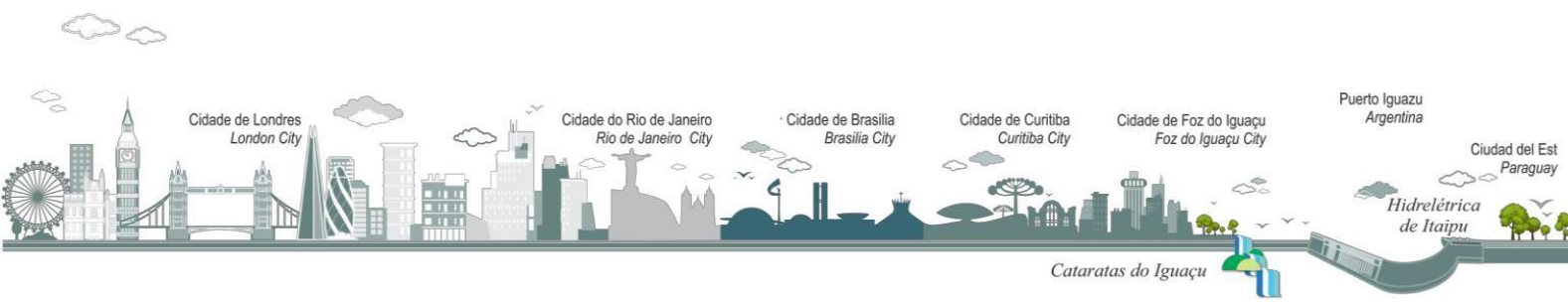
Promove o ecossistema e a gestão de recursos naturais. Promove diversidade agroecológica e protege a ecologia/os ecossistemas urbanos. A pegada ecológica do sistema alimentar cidade-região é minimizada desde a produção até o consumo e reduz a emissão de gases de efeito estufa no transporte, processamento e embalagem de alimentos e na gestão de resíduos;

Apoia a governança participativa. Promove uma política alimentar e regulamentação apropriada no âmbito dos planos urbanos e territoriais. Também promove a transparência e a apropriação em toda a cadeia de abastecimento alimentar (FAO-Ruaf em Dubbeling; Carey; Hochberg, 2016, p. 35, traduzido).

O PNAE é constantemente citado como um mercado institucional que além de caracterizar um mercado seguro pela constância de comercialização, é apontado pela agregação de valor aos produtos dos agricultores comercializados ao programa, fortalecendo essa inter-relação campo-cidade. O melhor valor a ser pago nem sempre é o menor valor, mas sim aquele que equaciona questões sociais, ambientais e de saúde. Chegar neste equilíbrio é um desafio às entidades executoras, mas primordial para o sucesso desta política.

É importante destacar que os agricultores dependem das conexões com espaços alimentares urbanos e periurbanos para o seu sustento, da mesma forma como as cidades dependem desse fornecimento alimentar e outros produtos do rural e periurbano, enfatizando a necessidade de relações e redes mutuamente benéficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





Conceituar rural e urbano é uma tarefa difícil até os dias atuais, uma vez que esses dois espaços e modos de vida são muito heterogêneos dentro das suas próprias particularidades espacial/territorial, político, econômico e social. Portanto, rural e urbano, campo e cidade não devem ser compreendidos como contrários/oposições, mas como complementares e singulares em suas particularidades.

Essa recriação do rural, multifuncional, pluriativo, permite que essa integração aconteça sem excluir nenhuma das partes. É claro que ainda existem muitas desigualdades sociais, tanto no meio rural como no urbano, e ainda se fazem necessárias políticas públicas que contribuam para a resolução desses problemas.

O alimento é questão importante da comercialização para os agricultores familiares, e podemos constatar que o PNAE é um programa completo quando se pensa em segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável, permitindo para além do acesso físico à alimentação, o estímulo a um modelo de produção que respeite a vocação agrícola, o meio ambiente, as referências nutricionais e os hábitos alimentares locais.

REFERÊNCIAS

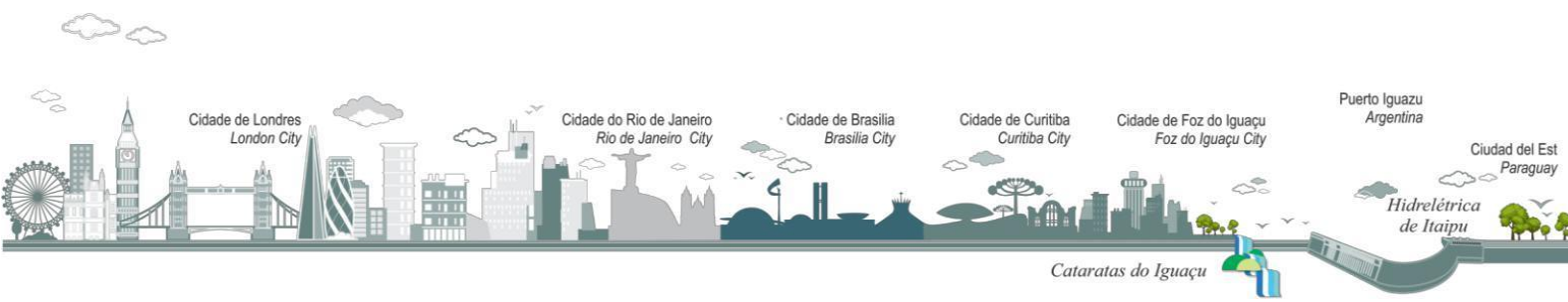
ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. Tempo Social – **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2003.

BALESTRO, M. V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da causalidade. In: **GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S (Org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BLAY-PALMER A, SANTINI G, DUBBELING M, RENTING H, TAGUCHI M, GIORDANO T. Validating the City Region Food System Approach: Enacting Inclusive, Transformational City Region Food Systems. **Sustainability**. 2018; 10(5):1680.

<https://doi.org/10.3390/su10051680>





BRASIL/FNDE/CD/MEC. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas:** negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. **The quality “turn” and alternative food practices:** reflections and agenda. Journal of Rural Studies, v. 19, p.1-7, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e a agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: 1995/96.** Rio de Janeiro. 1995. ISSN: 01036157

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KAUTSKY, K. **A questão a agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

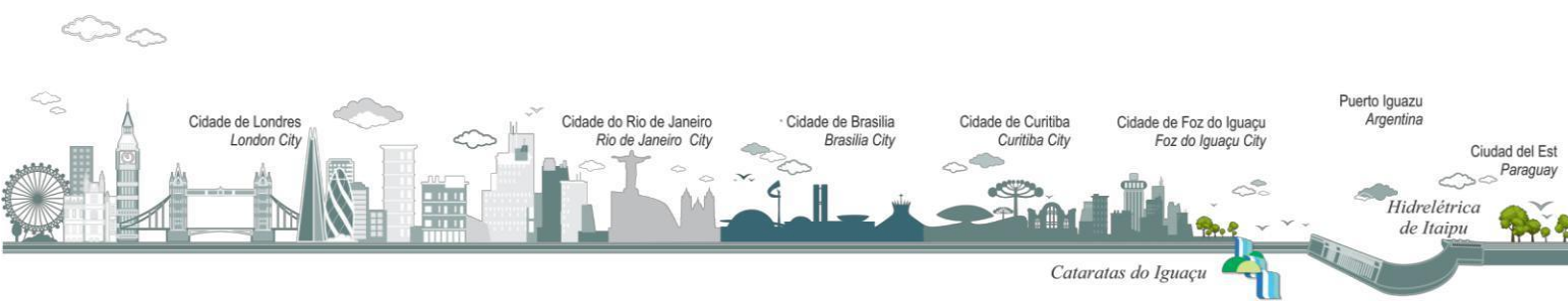
LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O Capital,** Livro III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Worlds of Food:** Place, Power, and Provenance in the Food Chain. Oxford, UK: Oxford University Press. 2006.

MORGAN, Kevin. The Coming Crisis of School Food: From Sustainability to Austerity? In: **Food Edition. Welsh Economic Review** Volume 22 SPRING. 2011 ISSN 0965-2450.





ONU. **O Programa de Alimentação Mundial (PAM)**. 2012. Disponível em:

<http://cecaneufop.blogspot.com.br/2012/01/o-programa-de-alimentacao-mundial-pam.html>
acesso em: 17/01/17.

PLOEG, J D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v.35, p.393-410, 2003.

RICHARDSON, R. J. PERES, J. A. S. WANDERLEY, J. C. V. CORREIA, L. M. PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 2, n. 02, p. 45-65, jul. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>>. Acesso em: 07 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>.

SÁNCHEZ, H. A. Periurbanización y espacios rurales em la periferia de las ciudades. **Revista Estudios Agrarios**, 2011.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local - um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, PR, v. 14, n. 19, jan./ jun.. 2012. p. 101-30.

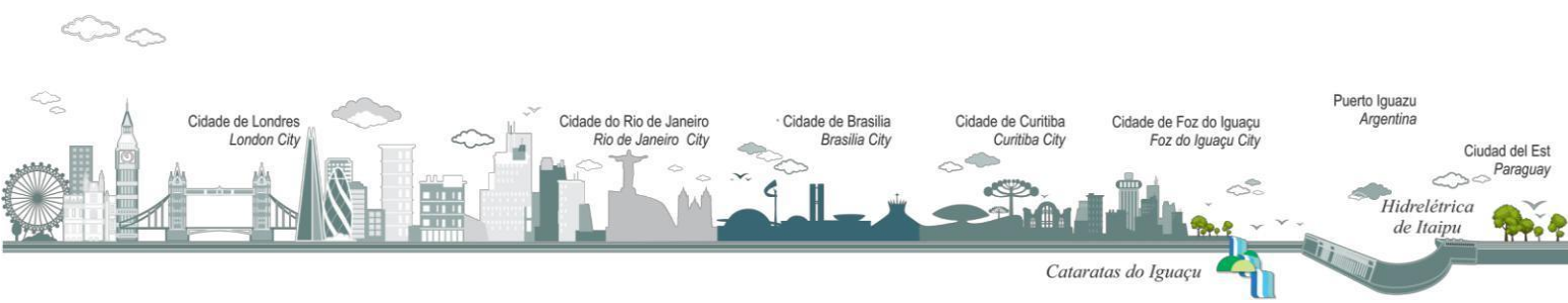
SCHNEIDER, S. As atividades rurais não-agrícolas. **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Bogotá, Colômbia, 1, 44, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SOROKIN, P ZIMMERMAN C.C; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano.[1930] In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.p.138-169.





TRICHES, R. M. BACCARIN, J.G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. **In:** TEO, C.R.P.A; TRICHES, R.M. (Org.). **Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó, Editora Argos, v. 1, 2016.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas - São Paulo: Editores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001. 27 p. (texto mimeografado).

WANDERLEY, M. N. B. A Ruralidade no Brasil Moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **In: El mundo rural**: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade. Bogotá. out. 2003. p.31-44

WANDERLEY, M. N. B O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: p.60-85.

